

Ricardo Mariano<sup>1</sup>

## DECLÍNIO CATÓLICO: DESTRADICIONALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO RELIGIOSAS

Os dados do Censo 2010 sobre religião confirmam as tendências de transformação do campo religioso brasileiro, mutação que se acelerou a partir da década de 1980, caracterizando-se, principalmente, pelo recrudescimento da queda numérica do catolicismo e pela vertiginosa expansão dos pentecostais e dos sem religião. Entre 1980 e 2010, os católicos declinaram de 89,2% para 64,6% da população, queda de 24,6 pontos percentuais, os evangélicos saltaram de 6,6% para 22,2%, acréscimo de 15,6 pontos, enquanto os sem religião expandiram-se num ritmo ainda mais espetacular: quintuplicaram de tamanho, indo de 1,6% para 8,1%, aumento de 6,5 pontos. O conjunto das *outras religiões* (incluindo espíritas e cultos afro-brasileiros) dobrou de tamanho, passando de 2,5% para 5%. De 1980 para cá, portanto, prosperou a diversificação da pertença religiosa e da religiosidade no Brasil, mas se manteve praticamente intocado seu caráter esmagadoramente cristão.

A última década foi a primeira em que os católicos declinaram em números absolutos, de 125,5 para 123,3 milhões, totalizando uma perda de 2,2 milhões de adeptos. Liderada pela Renovação Carismática e apoiada em maciço investimento na criação de redes de TV, na evangelização eletrônica e na realização de megaeventos comandados por padres midiáticos e por grupos como a *Canção Nova*, a reação católica não surtiu maiores efeitos na reversão da evasão de adeptos, especialmente dos católicos não praticantes, tradicionalmente

---

<sup>1</sup> Ricardo Mariano é doutor em Sociologia pela USP, pesquisador do CNPq e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS. E-mail: [rmariano1@uol.com.br](mailto:rmariano1@uol.com.br)

distantes e indiferentes à autoridade e à influência eclesiástica<sup>2</sup>. Não conseguiu, sobretudo, refrear a expansão pentecostal, destino principal de seus ex-filiados.

A rápida redução do peso da hegemonia católica no país decorreu diretamente, mas não exclusivamente, do crescimento acelerado de seus concorrentes religiosos, sobretudo das igrejas pentecostais, e do avanço dos *sem religião*, grupo heterogêneo composto por agnósticos, ateus e, sobretudo, por indivíduos que passaram a declarar não dispor de filiação religiosa, auto-identificação que, em sua maioria, não significa necessariamente descrença ou indiferentismo religioso. A expansão dos demais grupos religiosos minoritários pesou muito pouco para o declínio do catolicismo. De modo que a desmonopolização e a destradicionalização religiosas estão associadas à pluralização religiosa e à intensificação da concorrência no e por mercado religioso, mas também à crescente opção individual de não filiar-se ou de se afastar de instituições religiosas.

Não deixa de ser curioso que em plenos anos 80, justamente no momento da arrancada desse processo de destradicionalização, pluralização e concorrência religiosa, o clero católico ainda se mantivesse ferreamente convicto na existência de uma indissolúvel “aliança mística Igreja-Nação”, ou entre igreja católica, povo e nacionalidade brasileira, segundo a qual, supostamente, estaríamos “condenados ao catolicismo” (Pierucci, 1986, p. 80). Escudado numa dominação religiosa secular, o clero parecia desatento aos efeitos (sobre sua hegemonia religiosa) do processo de modernização socioeconômica e cultural e, especialmente, do avanço da liberdade religiosa, do pluralismo religioso, da consolidação de um mercado religioso em solo nacional, da capacidade organizacional e da eficiência proselitista de alguns

---

<sup>2</sup> *Survey* realizado em 2001 e 2002 na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com amostra probabilística de 1.029 casos, revela que havia naquela região 43,4% de católicos praticantes e 20,4% de católicos não praticantes, isto é, um terço dos católicos belo-horizontinos, definiu-se como não praticante, categoria que só perdia em tamanho para os católicos praticantes e os evangélicos. Numa região tida como das mais católicas do país, apenas 52% da amostra respondeu afirmativamente à questão “se vai, se já foi ou se poderia ir à missa”, ao passo que chegava a 39% a proporção dos que responderam que frequentavam, já frequentaram ou que poderiam frequentar um culto evangélico (Cardoso, 2004, p. 66; 70).

de seus concorrentes religiosos. E isso se mantinha até então a despeito do fato de que a filiação religiosa já se achava em franco processo de deixar de ser majoritariamente percebida e tratada como herança familiar e como tradição religiosa, quase irrefletida e incontestada, para se tornar matéria de livre escolha individual, opção consciente e voluntária, isto é, para ser, cada vez mais, encarada como questão de preferência ou opinião pessoal e como experiência privada e subjetiva. *Pari passu* e no mesmo rumo modernizante, ia se firmando, não obstante ações variadas que o contrariavam, um discurso ético, além de política e democraticamente correto, do dever de tolerar e de respeitar o direito de liberdade religiosa e de culto e, com isso, a diversidade crescente de escolhas, crenças, práticas e grupos religiosos.

#### AS OUTRAS RELIGIÕES

A soma de católicos e evangélicos caiu de 89,5% para 86,8% entre 2000 e 2010, gerando uma queda de apenas 2,7 pontos percentuais. Quase nove em cada dez brasileiros se definem como cristãos<sup>3</sup>. Dado revelador das barreiras e dificuldades que as religiões não cristãs enfrentam para crescer e, em termos estritamente demográficos, da relativa pouca diversidade religiosa existente no Brasil fora do escopo cristão, para a qual já nos alertara Flávio Pierucci (2004).

Excetuando católicos, evangélicos e sem religião, todas as outras religiões constituem apenas 5% dos brasileiros. Elas cresceram 1,8 ponto percentual entre 2000 e 2010, expansão bem superior às obtidas nos dois decênios anteriores, de 0,4 e 0,3, respectivamente.

Os espíritas compõem nada menos que 40% dos membros de todas as outras religiões. Eles passaram de 1,3% (2,3 milhões) para 2% (3,8 milhões), crescimento de 70% contra 12% da expansão da população brasileira. Nos últimos anos, o espiritismo teve sua popularidade comprovada e ampliada pelas elevadas plateias e bilheterias dos filmes com temáticas espíritas exibidos num sem-número de salas de cinema pelo país. De todo

---

<sup>3</sup> Cabe observar que os espíritas, quarto maior grupo religioso do país, também se veem como cristãos.

modo, uma parte do aumento do número de espíritas pode ter decorrido também da “recomendação oficial” feita pelo presidente da Federação Espírita Brasileira (FEB), Nestor João Masotti, emitida em agosto de 2010, para que seus adeptos se declarassem *kardecistas* aos recenseadores. Tal campanha foi motivada e deflagrada por uma informação infundada de que o IBGE teria classificado os espíritas como *kardecistas*, e de que a categoria *espírita* não constaria no Censo 2010; equívoco logo desmentido, mas objeto de manifestações e desdobramentos diversos em sites, blogs e redes sociais espíritas. Objetivamente, o dirigente da FEB tentou levar seus adeptos a fazer uma adesão ativa e reflexiva à identificação espírita, provavelmente visando romper com a tradicional inclinação e opção (sincrética e hierárquica) pela autodefinição como católicos, tradicionalmente baseada em percepções do espiritismo como “filosofia de vida”, prática terapêutica e de caridade ou recurso religioso para contatar espíritos de entes queridos. Sua recomendação pode ter estimulado muitos espíritas a se identificarem pela primeira vez como espíritas num recenseamento.

Depois dos espíritas, as Testemunhas de Jeová, com 1.393.208 adeptos, se destacam numericamente, resultado de seu intenso proselitismo. Em seguida, aparecem Umbanda e Candomblé, que, somados, permaneceram com poucos 0,3% da população brasileira, não obstante sua forte presença no imaginário social e sua elevada clientela de consulentes. A demonização pentecostal contra os cultos afro-brasileiros, por certo, exerceu algum impacto negativo sobre a expansão dessas religiões e, talvez, até sobre a autoidentificação religiosa de seus adeptos diante de tal discriminação, problema que resulta igualmente, mas por outras razões, de seu velho sincretismo com o catolicismo. Depois de ter perdido 144.097 adeptos (26,6%) entre 1991 e 2000, a Umbanda recuperou-se um pouco, passou para 407.331 adeptos em 2010 ao ganhar 9.910 novos integrantes. O candomblé dilatou o crescimento da década anterior: foi de 118.105 para 167.363 adeptos, expansão de 29,4%.

Daí em diante, o tamanho das demais religiões (e religiosidades) diminuiu muito: Budismo (243.966), Mórmons (226.509), Judaísmo (107.329), Messiânica Mundial (103.716), Tradições Esotéricas (74.013), Tradições Indígenas (63.082), Espiritualista (61.739), Islamismo (35.167) e

Hinduísmo (5.675). Comparando os Censos 2000 e 2010, o Budismo ganhou 29.093 adeptos, os Mórmons, 26.864, o Judaísmo, 20.504, as Tradições Esotéricas, 15.568, as Tradições Indígenas, 45.994, a Espiritualista, 35.850 e o Islamismo, 7.928. A Messiânica perdeu 5.594 adeptos.

### SEM RELIGIÃO

Demograficamente insignificantes até 1970, quando eram apenas 0,8% dos brasileiros, os sem religião dobraram de tamanho entre 1970 e 1980, subindo para 1,6%. Saltaram para 4,7% em 1991, para 7,3% em 2000 e para 8,1% em 2010, chegando a 15,3 milhões a proporção dos que afirmam não possuírem filiação religiosa e que admitem publicamente isso. Quintuplicaram de tamanho entre 1980 e 2010, formando o terceiro maior “grupo religioso” do país. Apesar disso, sua expansão perdeu fôlego na última década: foi de apenas 0,8 ponto percentual contra os elevados 3,5 pontos obtidos entre 1980 e 1991 e os 2,5 entre 1991 e 2000.

Em 2010, o Censo inovou ao discriminar pela primeira vez os ateus (615.096) e agnósticos (124.436). Embora relativamente diminuto, o número de ateus supera a soma dos adeptos autodeclarados dos cultos afro-brasileiros.

Do ponto de vista da filiação e do compromisso individual com grupos religiosos, os sem religião são efetivamente mais secularizados do que os filiados a qualquer organização religiosa. Cabe frisar que a ausência de vínculo institucional com uma religião, em geral, tende a resultar na redução da exposição dos indivíduos a autoridades e grupos religiosos e, com isso, na diminuição da influência de tais grupos em seus valores, comportamentos e crenças. É o que indicam, por exemplo, os dados de uma pesquisa que *The Pew Forum on Religion & Public Life* efetuou sobre os sem filiação religiosa nos Estados Unidos, publicada em outubro de 2012<sup>4</sup>. Ela mostra que 72% dos sem filiação raramente ou nunca frequentam serviços religiosos e que 88% não estão procurando religião e não são mais inclinados a crenças de tipo *New Age* do que os demais religiosos. De modo que não se pode presumir que

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.pewforum.org/Unaffiliated/nones-on-the-rise.aspx>>.

eles sejam buscadores religiosos empedernidos e difíceis de satisfazer. Além disso, eles mostram-se bem mais favoráveis ao aborto e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo do que membros de outros grupos religiosos. Tal como ocorre no Brasil, os jovens são, disparado, os menos filiados a grupos religiosos: nada menos que 32% dos norte-americanos abaixo de 30 anos são *nones* ou *unaffiliated*. Na população total, são 19,6% dos norte-americanos sem filiação religiosa (incluídos os 13 milhões ou 6% de ateus e agnósticos). Tal opção religiosa tende a repercutir também na filiação religiosa das futuras gerações. Desde a Primeira Guerra, cada geração nos Estados Unidos tem se revelado menos religiosa que a anterior, o que torna a socialização religiosa intrafamiliar cada vez mais débil e favorece a expansão dos sem filiação.

#### EVANGÉLICOS: EXPANSÃO, PERFIL E CONCENTRAÇÃO DENOMINACIONAL

De 2000 a 2010, os evangélicos cresceram cinco vezes a mais do que a população brasileira: 61,4% contra 12,3%. Com isso, ampliaram seu rebanho em 16 milhões de adeptos, saltando de 26,2 para 42,3 milhões, compostos por 7,7 milhões de evangélicos de missão (4% da população), 25,4 milhões de pentecostais (13,3%) e 9,2 milhões de evangélicos não determinados (4,8%). Os *evangélicos de missão* cresceram 10,8%, bem menos do que a cifra de 58,1% que obtiveram na década anterior. Os pentecostais crescerem apenas 44%, expansão que não chega nem à metade das obtidas nos dois decênios anteriores, dado que passaram para 8,8 milhões em 1991 (aumento de 111,7%) e para 17,7 milhões em 2000 (115,4%). Indício de forte crise<sup>5</sup> ou de que o avanço do pentecostalismo começa a arrefecer e a bater no teto? No momento, parecem-me precoces e arriscadas quaisquer conjecturas desse tipo.

---

<sup>5</sup> Crise, aliás, constitui termo presente em vários títulos de livros de autores evangélicos, sobretudo protestantes, tanto para fazer diagnósticos críticos a respeito de certas crenças, práticas e estratégias consideradas em desacordo com determinadas balizas morais e bíblicas, quanto para atacar, teológica e institucionalmente, concorrentes no campo evangélico.

Quanto ao perfil socioeconômico, o Censo 2010 reitera que os protestantes mantêm-se com níveis de renda e de escolaridade superiores à média nacional, enquanto os pentecostais permanecem avançando, sobretudo, na base da pirâmide social: 63,7% dos pentecostais acima de 10 anos ganham até um salário mínimo, 28% recebem entre um e três salários e 42,3% dos acima de 15 anos têm apenas o ensino fundamental incompleto. O pentecostalismo, portanto, continua se expandindo nos estratos econômica e socialmente mais vulneráveis da população, concentrando-se nas periferias urbanas das capitais e das áreas metropolitanas e nas fronteiras agrícolas das regiões Norte e Centro-Oeste (Jacob *et al.*, 2003). Expande-se, sobretudo, em territórios pobres e desassistidos, onde, a partir de 1980, tornou-se epidêmica a violência entre jovens do sexo masculino e disseminaram-se gangues e facções armadas, locais geralmente em que tanto a presença católica quanto a dos poderes públicos é rarefeita.

Em 2000, cinco denominações concentravam 85% dos pentecostais<sup>6</sup>. Uma década depois, essa cifra declinou para 75,4%, desconcentração denominacional decorrente tanto da queda numérica da Congregação Cristã no Brasil e da Igreja Universal quanto do aumento da diversificação institucional do pentecostalismo: as *outras igrejas de origem pentecostal* duplicaram seu peso relativo de 10,4% para 20,8%, passando a concentrar um quinto dos pentecostais, ou 5.267.029 de fiéis. Apesar disso, por outro lado, a *Assembleia de Deus*, que dispunha de 47,5% dos pentecostais em 2000, conseguiu ampliar tal proporção, indo para 48,5%, fruto de seu crescimento de 46,2%<sup>7</sup>, cifra ligeiramente superior à média do avanço pentecostal (44%). É preciso, contudo, ter cautela com tais números, uma vez que não existe propriamente uma denominação *Assembleia de Deus* dotada de 12.314.410 de seguidores; embora o Censo Demográfico, de certa forma, contribua

---

<sup>6</sup> Segue a lista das cinco maiores igrejas pentecostais do Brasil no Censo 2000: Assembleia de Deus (8.418.154 adeptos), Congregação Cristã no Brasil (2.489.079), Igreja Universal do Reino de Deus (2.101.884), Igreja do Evangelho Quadrangular (1.318.812) e Igreja Pentecostal Deus é Amor (774.827).

<sup>7</sup> Segundo o Censo 2000, a Assembleia de Deus cresceu 245% entre 1991 e 2000, crescimento bem superior ao da década seguinte.

para tal equívoco, para o deleite dos dirigentes assembleianos. A designação *Assembleia de Deus* abrange várias denominações concorrentes dotadas de histórias, lideranças e tamanhos muito distintos, sendo as maiores delas vinculadas a duas grandes convenções nacionais rivais, cujos poderes, no entanto, são relativamente limitados.

### QUEDA NUMÉRICA DE SETE IGREJAS E EXPLOSÃO DOS EVANGÉLICOS NÃO DETERMINADOS

Nada menos que sete denominações evangélicas, três pentecostais e quatro de *missão*, perderam fiéis entre 2000 e 2010, algo inédito na história dos evangélicos no país: a Congregação Cristã no Brasil passou de 2.489.079 para 2.289.634 adeptos (perda de 8%); a Igreja Universal do Reino de Deus, de 2.101.884 para 1.873.243 adeptos (-10,8%); a Casa da Bênção, de 128.680 para 125.550 (-2,4%); a *Igreja Evangélica Luterana*<sup>8</sup>, de 1.062.144 para 999.498 (-5,9%); a Igreja Evangélica Congregacional, de 148.840 para 109.591 (-26,4%); a Igreja Evangélica Presbiteriana, de 981.055 para 921.209 (-6,1%).

A inusitada queda numérica de sete igrejas evangélicas, com efeito, confere maior importância à discussão sobre o repentino e extraordinário inchaço da categoria *evangélica não determinada*. E permite questionar, até certo ponto, a facticidade da informação contida nessa categoria classificatória. Ainda mais porque, até então, apenas uma grande igreja evangélica, a Luterana, havia declinado em números absolutos, o que ocorreu no Censo 1991. O caso luterano se explica, principalmente, por se tratar de uma igreja que pouco se dedica ao proselitismo, cuja filiação se dá mais por tradição e/ou por vínculos étnicos, e que, além disso, está concentrada em estados e em classes sociais com baixas taxas de fecundidade.

---

<sup>8</sup> Esta categoria abrange pelo menos duas grandes denominações: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Convém observar que as designações metodista, presbiteriana, congregacional, batista e adventista também abrigam distintas denominações em cada uma delas.



Suponho que *parte* dos que foram classificados como *evangélicos não determinados* frequenta ou está filiada a denominações protestantes e pentecostais. Provável indício disso constitui o fato de que a instrução e a renda dos *não determinados* está a meio caminho da instrução e da renda de evangélicos de missão e de pentecostais. Entre pessoas de 25 anos ou mais, por exemplo, o nível de instrução dos evangélicos não determinados está próximo da média situada entre, de um lado, o nível de escolaridade dos evangélicos de missão (mais elevado que o da média nacional) e, de outro, o dos pentecostais (abaixo ao da média nacional). O mesmo ocorre com a renda de pessoas de 10 anos ou mais: os evangélicos não determinados dispõem de renda próxima da média das rendas dos evangélicos de missão e dos pentecostais. Tal perfil de escolaridade e de renda dos não determinados constitui forte indício de que este grupo é composto por pessoas oriundas tanto de igrejas protestantes quanto de pentecostais. Contudo, não permite afirmar seguramente que uma parte deles seja filiada a tais igrejas.

Parece-me improvável a expansão de 779,2%, ou de 8,7 vezes (de 1.048.487 para 9.218.129), do número de evangélicos sem vínculo institucional entre 2000 e 2010. A despeito disso, porém, avalio que essa categoria realmente vem crescendo numa proporção bem superior a de décadas passadas. E tende a recrudescer mais ainda à medida que os evangélicos se tornam um grupo religioso menos minoritário, menos distintivo, menos sectário e, por isso mesmo, cada vez mais dotado de legitimidade social e religiosa e acomodado ao “mundo”. Como tal acomodação que só cresce nas últimas décadas, o controle mútuo e comunitário dos adeptos perde força, ao passo que estes ampliam sua autonomia diante de autoridades e grupos religiosos. Fenômenos que vêm sendo reforçados pelo avanço da afirmação da liberdade individual como valor e como prática legítima, e pelo fato de que a liberdade e o pluralismo religiosos – conforme sustenta a tese principal de Peter Berger (1985) em *O dossel sagrado* – tendem a fazer com que a religião seja encarada mais e mais como uma questão de livre escolha ou preferência pessoal, algo que, na prática, tem sido evidenciado sobejamente pelo intenso e crescente trânsito religioso no país. Fato que vem ocorrendo independentemente da formação de novas seitas pentecostais dispostas a proteger e a controlar em

intramuros subculturais os seus adeptos e a resgatar os verdadeiros ensinamentos do cristianismo primitivo e do ministério terreno de Cristo contra o insidioso mundanismo que, de seu ponto de vista, volta e meia acomete as instituições e autoridades cristãs concorrentes.

A caracterização que Danièle Hervieu-Léger faz da *modernidade religiosa* secularizada no Ocidente auxilia a compreensão de parte da dinâmica religiosa no Brasil atual. Com a perda de legitimidade e da efetividade da velha pretensão, nutrida pela religião dominante, de “[...] reger a sociedade inteira e governar toda a vida de cada indivíduo [...]”, são corroídas as bases tradicionais e conformistas da participação religiosa (Hervieu-Léger, 2008, p. 34). Concomitantemente, avançam a crise de transmissão das tradições religiosas, a tendência de individualização e subjetivação das crenças, a fragilização das pertencas e identidades religiosas, a mobilidade religiosa e a bricolagem idiossincrática e privatizante de crenças, práticas e experiências religiosas. Tais fenômenos não são necessariamente prejudiciais à “religiosidade” em si mesma, mas são, com certeza, às instituições religiosas tradicionais e às suas pretensões de dominação religiosa e sociocultural. Nem por isso deixam de prosperar também os engajamentos religiosos de viés fundamentalista (*Id. Ibid.*, p. 107-137). Engajamentos, porém, que enfrentam resistências e barreiras culturais em contextos democráticos, pluralistas e cosmopolitas e que demandam, portanto, elevado investimento e isolamento sectário para manter “minorias cognitivas”, nos termos de Berger (1985).

O crescimento do número de evangélicos não determinados, friso, se deve também à expansão da desvinculação desses religiosos de suas igrejas, situação em que o crente (nascido ou não em família evangélica) mantém a identidade e parte das crenças e práticas religiosas, mas opta por fazê-lo fora de qualquer instituição. Várias razões podem estar contribuindo para seu avanço, entre as quais: a massiva difusão do individualismo, responsável aqui e alhures pelo paulatino desmanche dos coletivos sociais; a busca de autonomia pessoal em relação a poderes hierocráticos e à tentativa de imposição institucional de moralidades tradicionalistas e de costumes sectários; a avaliação, por um lado, como sendo excessivos os custos de tais laços e compromissos religiosos, bem como, por outro lado, a fragilidade de parte

dos vínculos sociais e religiosos formados em e por igrejas cujas estratégias de recrutamento residem prioritariamente no uso do tele-evangelismo e na oferta de serviços mágicos para atrair as massas, questão que discutirei ao comentar o *declínio* da Universal. Além disso, a banalização e o recrudescimento do trânsito religioso nas últimas décadas tendem a contribuir para fragilizar os laços e os compromissos religiosos, já que entreabrem a porta para novas defecções e para a adoção de opções religiosas individualistas, subjetivistas e idiossincráticas de tipo instrumental ou *self-service*.

É provável que tal desvinculação institucional tenha se acentuado entre indivíduos mais beneficiados pela elevação da renda e pela profusão de oportunidades criadas no mercado de trabalho formal (mudança econômica que alterou, inclusive, o mercado dos empregos domésticos, nicho profissional ocupado fortemente por pentecostais) e mesmo no ensino superior (Prouni, por exemplo) nos últimos anos. Pois, se a expansão pentecostal continua a ser considerada, em boa medida, como estando em estreita ligação com a privação socioeconômica e as vulnerabilidades sociais e pessoais dela derivadas, resulta que o empoderamento social e econômico pode diminuir o apelo evangelístico dessa religião e sua capacidade de reter parte dos adeptos de que se empoderaram.

#### CENSO DEMOGRÁFICO E EVANGÉLICOS SEM FILIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Censo 1991 aponta a existência de 621.306 evangélicos *não determinados*<sup>9</sup>, enquanto o Censo 2000 registra 1.046.487 evangélicos *sem vínculo institucional*, divididos entre 710.227 *evangélicos* e 336.259 *evangélicos de origem pentecostal*. O Censo 2000 traz também as enigmáticas categorias *outras religiões evangélicas (outras religiões?)*, composta por 1.317.685 de brasileiros, e *outros evangélicos*, integrada por 581.383 pessoas. De modo que, além dos 1.046.487 evangélicos sem vínculo institucional, o Censo 2000 classifica outros 1.899.068 evangélicos como pertencentes, majoritaria-

---

<sup>9</sup> Para uma análise dos dados do Censo 1991 sobre os evangélicos, ver Mariano (2001).

mente, a *outras religiões evangélicas* e, em menor proporção, a *outros evangélicos*, classificações imprecisas que tornam inteiramente opacos os vínculos institucionais desses quase dois milhões de religiosos. No Censo 2010, a categoria *evangélica não determinada* parece ter substituído a *sem vínculo institucional* do Censo 2000, composta, então, pelas subcategorias *evangélicos* (esta precariamente definida) e *evangélicos de origem pentecostal*. As estranhas categorias *outras religiões evangélicas* e *outros evangélicos* desaparecem no último Censo<sup>10</sup>. O Censo 2000, de todo modo, permitia conhecer ao menos a procedência religiosa de parte dos evangélicos sem vínculo institucional, ao identificar a *origem pentecostal* de 336 mil deles.

Já no Censo 2010, a categoria *evangélica não determinada*, composta por 9.218.129 de brasileiros, não fornece informação alguma sobre a procedência religiosa desses religiosos, se pentecostal ou protestante, e os coloca todos num limbo institucional. Isto pode ser realmente o caso de boa parte deles, como expus acima. O problema é que não temos como sabê-lo e muito menos em que proporção, já que o fato do Censo não perguntar qual é a igreja do recenseado impossibilita conhecer se o respondente – diante da indagação sobre *qual é a sua religião ou culto* – que afirma ser *evangélico* dispõe ou não de vínculo institucional com alguma denominação.

Como se pode perceber, o IBGE parece enfrentar sérias dificuldades com as categorias supracitadas – e não de agora –, problema agravado pelas limitações das informações sobre religião que o Censo coleta e divulga, mas também pela recente diversificação e complexificação do campo religioso brasileiro. Não é à toa que viceja todo tipo de incerteza e ceticismo a respeito da correção e do significado dos dados sobre a filiação religiosa dos *evangélicos não determinados*; dados que, se equivocados, podem ter afetado a *performance* e o tamanho do conjunto dos evangélicos de missão e dos pentecostais, bem como de várias denominações, incluindo as que declinaram em números absolutos. Tal problema recrudescceu quando, no Censo 2010, os *não deter-*

---

<sup>10</sup> Cabe observar que, no Censo 2000, constava a categoria *Outras cristãs* (com 235.383 pessoas), composta pelas subcategorias *cristãs* (230.325) e *outras religiosidades cristãs* (5.208). O Censo 2010 subsumiu as três em uma única categoria, *Outras religiosidades cristãs*, que alcançou 1.461.495 pessoas, sextuplicando de tamanho.

*minados* totalizaram – surpreendentes – 21,8% dos evangélicos, multidão superior até aos 18% dos *evangélicos de missão*, categoria esta também problemática<sup>11</sup> por englobar a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, denominação de feitiço tradicional e sem vocação missionária.

Considerando a precariedade dos dados acerca dos evangélicos não determinados e outros conhecidos limites do Censo na coleta de dados sobre religião no Brasil, só posso concordar com as ponderações de Clara Mafra a respeito da “escassez de informações empíricas”, da falta de “consistência” e de “densidade” na “construção” e na “composição” dos números sobre religião pelos Censos Demográficos<sup>12</sup>. De modo que dispõe de todo meu apoio sua proposta de reivindicar, aos dirigentes do IBGE, a inclusão de novas questões sobre religião no Censo, entre as quais a que solicita resposta a partir de uma lista ou grade fechada de alternativas religiosas contendo opções também de dupla pertença; e uma sobre a frequência regular a cultos religiosos. Sugiro ainda que se acrescente uma questão aberta sobre a filiação institucional (igreja), já que não sei se a adoção da lista fechada poderá conter o nome de várias igrejas evangélicas ou se será capaz de resolver o problema da indeterminação da filiação denominacional, especialmente no caso do elevado número de respondentes que se identificam genericamente como cristãos, evangélicos, protestantes, pentecostais e neopentecostais. Para tanto, basta indagar: *qual a sua igreja?*, ou (no caso dos que afirmam frequentar) *qual igreja frequenta?* Ao coletar e prover tais informações adicionais, o Censo, além de superar parte de suas limitações atuais, poderá contribuir bem mais para os estudos e para a compreensão das filiações e das atividades básicas dos frequentadores das diferentes organizações religiosas no país.

---

<sup>11</sup> A meu ver, a melhor solução classificatória seria ter estabelecido, no interior da categoria genérica *evangélicos*, as subcategorias *protestante* (a despeito de muitos batistas não gostarem desse termo) e *pentecostal*. A designação *de missão* posposta ao termo evangélico retoma as terminologias clássicas (bem fundamentadas historicamente) que delimitavam o protestantismo brasileiro em protestantismo de imigração e de missão, porém subsume, de forma questionável, o de imigração no de missão.

<sup>12</sup> Este artigo constitui também uma reação a um ou outro aspecto da primeira versão do texto *Números e narrativas*, escrito por Clara Mafra, para este dossiê do *Debates do NER*.

## CONGREGAÇÃO CRISTÃ E IGREJA UNIVERSAL

O declínio numérico da Congregação Cristã é factível, pode-se afirmar. A denominação se mantém fiel a princípios sectários (e já tradicionalistas) de não fazer uso de qualquer mídia impressa e eletrônica, de limitar sua atividade proselitista ao evangelismo pessoal, de se isolar radicalmente do restante do campo evangélico, de não apelar para o emprego da oferta de mensagens, promessas e rituais mágicos para ampliar a atração de pessoas aos templos, de não investir no atendimento de demandas pontuais e imediatistas de fiéis e virtuais adeptos, de não se imiscuir na política partidária e eleitoral e, portanto, de não buscar dividendos institucionais por meio do ativismo político. Presa a condutas e estratégias organizacionais, evangelísticas e comunicacionais do passado cada vez mais distante e em descompasso com as mudanças em curso no movimento pentecostal, enfrenta crescente dificuldade para se expandir num mercado religioso dinâmico, competitivo e ávido por novidades. Não paira dúvida quanto à notória redução da capacidade da Congregação Cristã de crescer e de enfrentar a concorrência religiosa nas últimas décadas. Basta ver que, entre 1991 e 2000, ela crescerá 52,1%, cifra razoável mas muito inferior aos 245% da Assembleia de Deus, aos 334,8% da Quadrangular, aos 357,6% da Deus é Amor e aos incríveis 681,5% da Universal.

Surpreendente, o declínio da Igreja Universal chamou a atenção pública e dos pesquisadores. Afinal de contas, como pode a denominação que mais cresceu entre 1991 e 2000 perder em tão pouco lapso de tempo a vitalidade e a fórmula do crescimento? Não creio que ela tenha encolhido tão rapidamente ou perdido tamanha proporção de adeptos (228 mil); uma parte deles pode ter sido enquadrada, por problemas de coleta do Censo 2010, na categoria *evangélica não determinada*.

De todo modo, avalio que os dados do Censo 2010 constituem, no mínimo, indícios de acentuada redução do ritmo de expansão da Universal. E talvez sinalizem os limites de seu modelo de crescimento denominacional no campo religioso brasileiro atual. Com isso, quero afirmar que suas principais estratégias organizacionais e expansionistas bem-sucedidas foram, em boa medida, embora parcialmente, copiadas e disseminadas por diversas outras

igrejas evangélicas. O que fez, aliás, com que a corrente neopentecostal perdesse sua distintividade inicial, o que não quer dizer que suas práticas e estratégias tenham perdido seu apelo. Basta observar que uma de suas características mais marcantes e controversas – a Teologia da Prosperidade –, recurso comprovadamente poderoso para fortalecer o caixa financeiro e, com isso, viabilizar investimentos institucionais na mídia e na abertura e construção de templos, foi clonada por um sem-número de igrejas e pastores Brasil afora. De modo que não é mais preciso frequentar a Universal para tentar alcançar as abundantes bênçãos divinas que seus pastores, bispos e tele-evangelistas prometem para esta vida aqui e agora em retribuição a generosas doações de dízimos e ofertas. Tanto que até antigos críticos e oponentes da Teologia da Prosperidade, como Silas Malafaia, passaram a pregá-la vigorosamente em rede nacional.

A Igreja Mundial do Poder de Deus, com 315 mil adeptos, dos quais parte considerável (além de seu líder e de muitos pastores) provém da Universal, constitui somente parte – embora uma das mais visíveis – de um movimento mais amplo de incorporação de características e estratégias proselitistas neopentecostais por outras denominações. Apesar de desqualificar de forma contundente sua matriz, até como recurso para tentar dela se distinguir, realçar sua originalidade e legitimar sua verdade, a Mundial reproduz e transmuta estratégias evangelísticas da IURD. Isto é, recorre ao tele-evangelismo (clonagem relativamente difícil para a maioria das igrejas, dados os elevados custos financeiros para bancá-la), à promessa e oferta pródiga de soluções mágicas para os infortúnios enfrentados por fiéis e virtuais adeptos e ao agendamento diário da ação divina para resolver problemas específicos de sua clientela.

Concordo em boa medida com a afirmação de Clara Mafra de que “[...] a IURD parece não apenas conviver, mas usufruir de uma adesão comunitária frouxa”. Parece incontestável que, ao longo de mais de três décadas, a Universal obteve poder, recursos (não somente financeiros) e respaldo de clientelas flutuantes atraídas pelo evangelismo eletrônico, pela oferta sistemática de soluções mágicas e pela produção em série de testemunhos (pessoais e eletrônicos), precioso instrumento para tornar plausível o conteúdo de sua pregação e comprovar a eficácia de suas promessas e de sua capacidade de mediar ou prover bênçãos divinas. Seus megatemplos, sua ênfase na atração das massas

através da mídia e das resoluções mágicas e sua fraca disposição em moralizar a conduta dos frequentadores favorecem a formação de grandes contingentes de *free riders*, caronistas variados. Situação, por sua vez, que apresenta como atrativo a possibilidade de o frequentador manter-se relativamente no anonimato, comodidade do agrado dos que pretendem apenas auferir bênçãos tópicas ou pontuais sem se comprometer com o grupo religioso, instrumentalizando-o sem estender ou aprofundar seus contatos e laços com o mesmo, a fim de não se submeterem a maiores pressões e constrangimentos pessoais. Por analogia, tal comodidade se assemelha àquela que os consumidores encontram em grandes lojas de *shopping centers*, opção para quem quer escapar do assédio pessoal dos vendedores, ávidos por comissão, do comércio local.

Concordo também com a estratificação efetuada por Edlaine Gomes (2011) dos adeptos da Universal em quatro grupos, incluindo os de frequência esporádica. Estratificações como essa, porém, podem ser observadas em diferentes religiões e organizações religiosas. A própria Igreja Católica, convicta na posse do monopólio da administração e dispensação universal da graça divina, reconhecidamente apresenta estratificação de fiéis (que pode variar do compromisso religioso mais radical, como o dos monges ascetas, ao total descompromisso, como o dos católicos não praticantes), algo há muito percebido por Max Weber, entre outros. Da mesma forma, as denominações pentecostais, em geral, recebem frequentadores esporádicos e contam com *congregados* – adeptos que frequentam, mais ou menos assiduamente, os cultos, mas que não participam nem podem participar da Ceia do Senhor por não obedecerem integralmente os preceitos da organização. Congregações da Assembleia de Deus, por exemplo, podem conter quantidades relativamente grandes de congregados, chegando até a um terço de seus frequentadores. De modo que, além da Universal, as demais igrejas evangélicas podem ter seus adeptos estratificados em diferentes categorias de compromisso religioso, do mais rígido ao mais frouxo. As clientelas flutuantes da Universal, porém, tendem a ser religiosamente menos compromissadas do que os congregados da Assembleia de Deus e de outras igrejas pentecostais compostas de congregações pequenas e médias, porque nestas o controle recíproco e os laços de sociabilidade tendem a ser mais fortes do que os que vicejam nos megatemplos.



Avaliar que é possível para uma denominação beneficiar-se, em alguma medida, de clientelas flutuantes, contudo, não me leva a concordar com a afirmação de Mafra de que “[...] a Universal tem um desenho institucional que não se abala com a não fidelização do frequentador”. A não fidelização de boa parte de seus frequentadores, a meu ver, cobra um preço muito alto, especialmente de uma denominação dotada de uma estrutura institucional e midiática tão grande e custosa e mais ainda quando se acha sob a pressão crescente de concorrentes religiosos e seculares. Se ela pudesse fidelizá-los, o faria prontamente. Os dados do Censo 2010, que apontam seu declínio numérico, sugerem sérias limitações da opção proselitista e organizacional de curto prazo da Universal frente suas necessidades institucionais de longo prazo de manter os adeptos conquistados, expandir a base de membros e sustentar sua enorme instituição. Tais limitações se tornam mais evidentes diante do recrudescimento da competição inter-religiosa e, sobretudo, de um contexto em que se amplia rapidamente o número de grupos rivais religiosos empenhados em atrair as massas e que se mostram cada vez mais apetrechados para tal. A Universal nada tem a ganhar numa situação de acirramento concorrencial e, portanto, em que suas clientelas flutuantes podem e tendem a flutuar cada vez mais noutras “órbitas”, pois corre o risco de que elas se afastem de vez de seu raio de ação e influência ou se tornem menos presentes em seus cultos e mais recalcitrantes. Sabe-se que frequentadores esporádicos abandonam os grupos religiosos e seus serviços mais facilmente do que os fidelizados, já que os laços que os ligam a eles são tênues e frágeis. Parece contraproducente manter elevada dependência de clientelas flutuantes (ou de frequentadores com laços frouxos) quando elas são, além de voláteis, alvo crescente de concorrência e de competidores bem preparados.

A ênfase megalomaníaca da Universal (e da Mundial) na construção de templos enormes desfavorece a formação de laços de sociabilidade fraternais e comunitários. O proselitismo focado no tele-evangelismo, por um lado, tem a vantagem de atrair indivíduos à igreja sem vínculos pessoais com outros adeptos, e por outro, dificulta sua socialização e permanência, especialmente numa denominação que não investe grandes esforços na acolhida de tipo comunitário. Já a oferta de soluções mágicas para problemas tópicos atrai

muitos milhares de indivíduos à igreja, mas, em contrapartida, gera laços frágeis e relações de clientela, que, a despeito de sua utilidade esporádica, apresentam problemas a longo prazo. As clientelas não se furtam em demasia a pagar pelos serviços ofertados e recebidos, mas não encontram maiores estímulos para firmar compromissos duradouros com a denominação, seja pela fragilidade dos laços comunitários, seja pela carência de escola dominical para promover a socialização religiosa. A principal debilidade da Universal parece residir em sua incapacidade de criar comunidades fraternais e de equilibrar a oferta de serviços mágicos pontuais e imediatistas com o investimento (quase ausente) na socialização religiosa e na pregação de uma teodiceia redentora de longo prazo.

Um século atrás, Durkheim, em *As formas elementares da vida religiosa*, afirmava não existir “igreja mágica”. Chamava atenção, assim, para o fato de que o mago ou feiticeiro, em troca de remuneração, atende clientes que podem ou não manter relações entre si, enquanto a *igreja* (que na formulação durkheimiana se confunde com a própria noção de religião) forma uma *comunidade moral*, unida em torno de crenças e práticas relativas a coisas sagradas (Durkheim, 1989, p. 76-79). Decerto, não faltam manifestações de “efervescência” coletiva nos cultos da Universal, entre elas algumas espetaculares, como as que se observam nos rituais de libertação de demônios. Seu notório sectarismo religioso, da mesma forma, tende a promover certa identificação religiosa entre boa parte de seus frequentadores, construída, sobretudo, em oposição a outros grupos religiosos e a entidades seculares, como órgãos de imprensa e a *Rede Globo*, entre outros. Contudo, sua ênfase radical na oferta de soluções mágicas e instrumentais e no tele-evangelismo para atrair multidões, seu parco interesse pela moralização do comportamento dos adeptos e sua indisposição em priorizar a pregação de uma teodiceia redentora de longo prazo dificultam a formação de laços comunitários, a fidelização dos adeptos e o estabelecimento de vínculos congregacionais sólidos para sustentar e expandir uma instituição religiosa duradouramente. O preço dessas opções e disposições, ao que parece, agora – num contexto de ampliação da liberdade e do pluralismo e de acirramento da competição inter-religiosa – está sendo devidamente cobrado.

## REFERÊNCIAS

- BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: Elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- CARDOSO, Alexandre. Dimensões básicas da religiosidade belo-horizontina. *Estudos Avançados* (USP), v. 18, n. 52, p. 63-75, 2004.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. O sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Paulinas, 1989.
- GOMES, Edlaine. *A era das Catedrais: a autenticidade em exibição (uma etnografia)*. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2011.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido*. A religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.
- JACOB, Cesar Romero et al. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.
- MARIANO, Ricardo. *Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. O povo visto do altar: democracia ou demofilia?. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 16, p. 66-80, 1986.
- \_\_\_\_\_. "Bye bye, Brasil": O declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Estudos Avançados* (USP), v. 18, n. 52, p. 17-28, 2004.